

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO X PRÁTICAS INCLUSIVAS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>**

**Amanda Patrícia da Cruz Monteiro**  
Graduanda do curso de Pedagogia  
Universidade Federal do Pará

**Resumo:** Este artigo apresenta um breve histórico das Políticas Públicas de Inclusão e uma análise das práticas inclusivas em uma Escola de educação Infantil do município de Belém. As Políticas Públicas de Inclusão representam uma concepção de como a realidade deveria ser, mas para pensar a realidade e materializá-la são necessárias muitas medidas práticas, por este motivo, desenvolvemos uma pesquisa em uma escola de Educação Infantil a fim de compreender como essas políticas se consolidam no cotidiano das escolas. Concluímos que apesar da escola lócus da pesquisa se esforçar para incluir seus alunos, seja no Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja nas práticas educativas das professoras, ainda há um longo caminho para que a inclusão se torne uma realidade no cotidiano de nossas escolas, pois existe um “entre” que divide o que se propõe nas políticas públicas de inclusão e o que se efetiva nas práticas educativas em salas de aula

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas de Inclusão. Práticas Inclusivas. Educação Infantil.

### **Introdução:**

A inclusão Educacional tem como princípio, que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais asseguradas pelo Estado e fornecidas pela escola, oferecendo a estes uma educação de qualidade, na qual suas necessidades individuais possam ser atendidas, formando assim indivíduos integrais. Buscamos neste trabalho refletir sobre as políticas públicas de inclusão e como elas se efetivam especificamente na educação infantil, porque entendemos esta última como um espaço propício para a inclusão escolar, uma vez que a inserção das crianças com deficiências nas creches e pré-escolas apresenta sua relevância pelo fato de proporcionar desde a mais tenra idade o convívio com as diferenças, possibilitando a formação de indivíduos éticos e capazes de lidar com a diversidade social, cultural e étnica tão presente em nosso cotidiano. Este projeto de pesquisa tem como princípio fundador questionamentos que nos surgiram durante um estágio não obrigatório realizado no ano de 2012 na educação infantil na área da inclusão educacional, esses questionamentos resultaram anos depois neste trabalho. Os objetivos desta pesquisa consistem de maneira geral: Verificar quais são as Políticas Públicas Educacionais para a inclusão, bem como compreender como essas políticas se materializam em uma escola de Educação Infantil.

### **1. As políticas Públicas de Inclusão: Um breve Histórico.**

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas no ano de 2016, com o fim de apresentar uma monografia para o trabalho de conclusão de curso em Pedagogia na Universidade Federal do Pará.

O início das políticas públicas voltadas à Educação inclusiva no Brasil pode ser evidenciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 que consolidou o direito dos excepcionais à educação. No artigo 88 da referida lei se indica que para a inserção na sociedade dos então chamados “excepcionais” os mesmos deveriam receber educação, quando possível, no sistema geral de educação, assim segundo a referida legislação “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961 a).

Seguindo na linha histórica dos documentos mais relevantes quando se trata das políticas públicas para a inclusão temos no ano de 1988, a Constituição Federal que se caracteriza por sua vertente cidadã. Em seu artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, a referida lei afirma que é dever do Estado garantir “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, b)

A LDB 9394/96 representa outro documento importante para a inclusão educacional em nosso país. A referida lei entende a educação especial como “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, art 58 c). A LDB de 1996 estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Essa lei caracteriza-se por uma abordagem inclusiva, pois estabelece que as escolas devem adequar suas metodologias de ensino às pessoas com deficiência, a fim de garantir seu pleno desenvolvimento.

As legislações a respeito da inclusão representam uma importante conquista social, mas dar conta das diferenças, desenvolvendo uma sociedade inclusiva, constitui-se em um grande desafio. A Inclusão é um desafio social e uma política que se pretenda inclusiva deve ocupar-se da desconstrução da Exclusão em todas as esferas da vida social. A educação é sim uma ferramenta para a transformação social verdadeira que almejamos, mas ela precisa estar aliada a outras práticas inclusivas que busquem reduzir as contradições sociais que vivenciamos. Embora as políticas educacionais tenham avançado ao longo da história, muito ainda há de se fazer para elas se efetivem na prática no cotidiano das escolas regulares.

## **2. Educação Infantil: Um olhar sobre as práticas Inclusivas**

A infância como conhecemos hoje provém de uma construção histórica. Atualmente concebe-se a criança como indivíduo em desenvolvimento que mesmo antes de nascer tem direito a vida e a condições materiais e sociais que propiciem este desenvolvimento. Atualmente a educação infantil tornar-se primeiramente um direito da criança e consiste na primeira etapa da educação básica. Segundo a LDB 1996 a educação infantil tem como finalidade “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, Art. 29).

Para compreender as práticas inclusivas na educação infantil em sua essência fizemos o uso do método de pesquisa que fundamenta-se na pesquisa social empírica, método de pesquisa criado pela Teoria Crítica mais especificamente por Adorno e Horkheimer que procuram entender os fenômenos sociais a partir de dados quantitativos e qualitativos por entenderem que apenas quantificar os fenômenos sociais não é suficiente para dar conta da realidade concreta dos fatos. “As categorias que serviam de base aos estudos quantitativos eram por sua vez de índole qualitativa e derivavam da caracterologia analítica” (ADORNO, 1995, p.163).

Para quantificar os dados obtidos na pesquisa, nos fundamentamos nos instrumentos de pesquisa utilizados por Crochik (2016) que elaborou tabelas com pontuações a fim de quantificar o nível de inclusão em escolas de diversas regiões do Brasil por meio do projeto Preconceito em relação aos incluídos na educação inclusiva desenvolvido em 2008 e 2010 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Realizamos nossa pesquisa em uma escola pública de Educação Infantil localizada no bairro do Tenoné, região periférica do município de Belém. A escola Rita Nery atende as crianças do bairro há 10 anos e seu funcionamento ocorre no período diurno e vespertino. Estão matriculadas atualmente 298 crianças, das quais 9 encontram-se em situação de inclusão.

Nossa pesquisa buscava compreender as práticas de Inclusão em uma escola de educação infantil, e para este fim realizamos um período de observação em uma turma de jardim II da escola, bem como entrevistas com a professora da turma, e aplicamos um questionário com a coordenadora pedagógica da escola. A turma em que pautamos esta pesquisa tem um aluno em situação de inclusão, diagnosticado com Autismo. Partimos do ponto de vista da pesquisa empírica que aborda a insuficiência de se entrecruzar dados quantitativos para explicar a realidade, por isso acreditamos na importância da vivência na experiência da pesquisa.

No que diz respeito à entrevista com a professora da turma, a primeira das cinco questões buscava saber o posicionamento da mesma sobre a educação inclusiva, como resposta a professora afirmou ser favorável e disse que considera a inclusão importante tanto para os alunos com

necessidades educacionais especiais, quanto para os ditos normais, pois propicia a interação entre eles, mas mesma disse ser contra a pseudo inclusão que acontece hoje nas escolas, quando o professor não tem auxílio, para ela a inclusão só acontece de fato quando o professor tem suporte de toda uma equipe. Outra pergunta direcionada a professora vinha no sentido de compreender como a mesma trabalhava com seus alunos em situação de inclusão, a professora disse adaptar as atividades que o aluno não era capaz de executar.

Sobre o questionamento a respeito das expectativas da professora para seus alunos em situação de inclusão ela disse acreditar no desenvolvimento do mesmo dentro da sua possibilidade, para ela é fundamental a parceria entre escola e família. Quanto o que ela achava necessário para que a escola se tornasse mais inclusiva a professora disse achar necessário que a estrutura física da escola fosse melhor adaptada e falou também da necessidade de um auxiliar para as turmas com alunos em situação de inclusão. Para finalizar questionamos se professora considerava seu aluno como incluído, e a mesma afirmou que sim, pois ela sempre buscava adaptar as atividades para o mesmo e as outras crianças sempre brincam com ele sem discriminação. A observação em muito nos auxiliou para vislumbrar a prática educativa da professora e em muitos aspectos vimos o que a mesma relatou se materializar na prática com seu aluno com deficiência, principalmente na atenção com o mesmo proporcionando meios para que o mesmo se desenvolvesse, durante as observações notamos a professora auxiliando o aluno para que o mesmo pudesse participar das atividades, mas também respeitando o mesmo em seus períodos de isolamento, característica típica do autismo.

O convívio com a professora e com os alunos, nos fez observar como afirma Ainscow (2013) que todo processo de inclusão é um processo de aprendizado. As pessoas estão aprendendo a viver com os diferentes, este é um processo desafiador e muitas vezes o professor não se sente preparado para ensinar uma criança com deficiência, mas não se pode negar o direito dessa criança em ter acesso ao conhecimento e o convívio com a sociedade, então professores comprometidos como da turma que observamos se engajam em tornar a inclusão mais do que uma teoria, buscando torná-la efetiva na práxis educativa.

A análise das respostas referente à caracterização da escola e das informações coletadas pelo questionário dirigido coordenador pedagógico evidenciam aspectos objetivos pontuados conforme Crochík (2016) com o fim de analisarmos se a escola é mais ou menos inclusiva. No primeiro item do questionário a escola alcançou à pontuação (3,1 PT) de um total que chegaria a (8,3 PT), apesar de sua boa estrutura física a escola ainda não possui a arquitetura necessária para a acessibilidade das pessoas com deficiência, acreditamos que “A inclusão consiste na minimização de todas as barreiras à educação de todos os alunos” (BOOHT; AINSCOW, 2010, p.8). Neste

aspecto a escola ainda tem muito que avançar, uma vez que acessibilidade é também um princípio fundamental para que as crianças sejam incluídas na escola de forma digna.

No segundo instrumento de pesquisa que consiste no questionário para coordenadores pedagógicos a escola obteve a nota (15,53 PT) de um total que chegaria a (17,00 PT). Na soma dos dois instrumentos de pesquisa a escola obteve média (18,63 PT) de um total máximo de (25,3 PT) representando em porcentagem onde (25, 3 PT) seria uma escola completamente inclusiva, a escola em que realizamos a nossa pesquisa teria um grau equivalente a 73,6% de inclusão. Apesar da pontuação da escola ser relativamente baixa, durante nossas observações foi nos possível notar que a escola faz grandes esforços para incluir seus alunos seja no Atendimento Educacional Especializado (AEE), seja nas práticas em sala de aula pelas professoras. Um fator para que a nota da escola não seja maior consiste na falta de subsídios à escola por parte do poder público, um exemplo disso é a falta de estrutura física no que tange á acessibilidade e a inexistência de uma pessoa para auxiliar os professores em sala de aula, um fator que denuncia a falta de materialização das políticas nas escolas em nosso país.

Ainda há um longo caminho a se percorrer para que a inclusão se torne uma realidade no cotidiano de nossas escolas, existe um “entre” que divide o que se propõe nas políticas públicas de inclusão e o que se efetiva nas salas de aula. Segundo Serra (2008) caminhamos muito timidamente na execução de políticas públicas que possibilitem um real processo de inclusão educacional, pois “É certo que há necessidade de formulação e execução de políticas públicas inclusivas que envolvam principalmente o apoio à família e ao professor, desde sua formação (SERRA, 2008, p.41). Acreditamos na inclusão como um processo de construção que busca de todas as formas possíveis “[...] minimizar o processo de exclusão e maximizar a participação do aluno dentro do processo educativo e produzindo uma educação consciente para todos, levando em consideração quaisquer que sejam as origens e barreiras para o processo de aprendizagem (SANTOS, 2008, p.24). A inclusão é um desafio possível e precisamos voltar todas as nossas forças para este fim, pois assim como produto teremos uma sociedade mais justa e igualitária.

## **Conclusões**

Os objetivos deste trabalho se resumiam em verificar quais são as Políticas Públicas Educacionais para a inclusão, bem como compreender como essas se realizam em uma escola de educação infantil. Hoje temos muitas políticas que subsidiam as escolas e as pessoas com deficiência, mas o problema continua sendo a falta de recursos destinados pelo poder público para

escolas. Observamos em nossa pesquisa que a escola muito se empenha nesse processo inclusivo e que os professores tem uma visão menos excludente, possibilitando um espaço de aprendizagem propício aos alunos, mas a boa vontade da escola e dos professores não é suficiente, é preciso além de formação para os professores, suporte em sala de aula, materiais pedagógicos e uma estrutura física acessível para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver dentro das suas capacidades. Não podemos perder de vista também que a escola e a educação estão inseridas em um contexto mais amplo, em uma sociedade capitalista essencialmente excludente, daí um dos motivos da não materialização das políticas públicas, pois elas não convergem com a lógica Neoliberal instalada na sociedade pós-moderna.

## Referências

AINSCOW, Mel. **Processo de Inclusão é um processo de aprendizado**. Disponível em <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002)>. Acesso em: 15 Abril 2016

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4024/61. Brasília : 1961. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb\\_%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb_%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>. Acesso em: 10 Maio de 2016 a.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996 acesso. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 10 junho de 2016 b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> acesso em: 06/06/2016 c.

CROCHÍK, José Leon (Coord.). **Educação Inclusiva: Algumas Pesquisas**. São Paulo, Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.